

1820

Luísa Caiano

Paulo Carvalho Vicente

O papel da cultura na (re)afirmação dos valores democráticos em Portugal: entre a ditadura e a democracia

Diretora do Curso de Música Silva Monteiro

Professor Auxiliar na Universidade Lusófona e Investigador Associado do CEAD Francisco Suárez

Resumo

Este artigo explora o papel da cultura na reafirmação dos valores democráticos em Portugal, com foco nas transformações culturais após a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. A transição de um regime autoritário para um sistema democrático não apenas alterou as estruturas políticas, como também reformulou as práticas culturais, que passaram a ser reconhecidas como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa, pluralista e participativa. O estudo destaca a importância da música de protesto, do património cultural e das políticas culturais públicas na promoção da cidadania e da inclusão social. Salienta também o potencial transformador da educação artística e das comemorações do 25 de Abril no reforço da memória coletiva e da consciência democrática. Apesar dos progressos alcançados, o artigo identifica desigualdades persistentes no acesso à cultura e propõe

recomendações para reforçar políticas culturais inclusivas como meio de aprofundamento da democracia.

Palavras-chave: Cultura; Democracia; Educação Artística; Música e democracia

Introdução

A trajetória política de Portugal ao longo do século XX é marcada por profundas transformações que moldaram o sistema político atual. Desde a transição de uma monarquia para uma república democrática, passando por períodos de ditadura militar e regime autoritário sob o Estado Novo, até à Revolução dos Cravos em 1974, o país vivenciou um complexo processo de redemocratização. Este contexto histórico não apenas refletiu as dinâmicas políticas e sociais internas, mas também foi influenciado por fatores externos, como a adesão à Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) em 1986, que introduziu novas perspectivas e recursos para o desenvolvimento social e cultural.

A Constituição de 1976, fundamental para a consolidação do regime democrático, estabeleceu um sistema semipresidencialista que equilibra os poderes entre o Presidente da República, o Governo e a Assembleia da República. Este modelo institucional, embora adaptável às necessidades de governabilidade, enfrenta desafios contemporâneos, como a desconfiança crescente nas instituições políticas e a instabilidade governamental. A partir de 1974, as políticas culturais foram igualmente reformuladas, com o intuito de democratizar o acesso à cultura e reforçar a identidade coletiva. A criação do Ministério da Cultura e a implementação de redes culturais foram passos significativos na institucionalização da cultura como um serviço público essencial.

Entretanto, a evolução das políticas culturais em Portugal também revela uma tensão entre a modernização e as práticas tradicionais, evidenciando a necessidade de uma abordagem inclusiva que respeite a diversidade cultural. Nesse contexto, a música e as artes emergem como poderosas ferramentas de resistência e expressão, refletindo não apenas as transformações sociais, mas também a luta por justiça e equidade.

Este texto procura analisar a intersecção entre o sistema político e as políticas culturais em Portugal, explorando como as mudanças históricas influenciaram a dinâmica cultural e a construção da identidade nacional. Ao examinar a trajetória política desde a Revolução dos Cravos até os desafios atuais, pretende-se compreender o papel da cultura como um elemento central na formação da sociedade portuguesa contemporânea, bem como as oportunidades e desafios que se apresentam na construção de um espaço cultural mais democrático e acessível para todos.

1. O sistema político português

Ao longo do século XX, Portugal passou por profundas transformações políticas e constitucionais, culminando no sistema político atual. O país iniciou sua trajetória política com a transição de uma monarquia para uma república democrática, mas esse período foi seguido por uma ditadura militar e pelo Estado Novo, um regime autoritário e corporativista liderado por António de Oliveira Salazar. A Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, marcou o fim do regime autoritário e o início de um processo de transição para a democracia. Esse processo de transição foi caracterizado por incertezas em relação ao futuro sistema político, com debates sobre a adoção de um sistema democrático-liberal, um regime “democrático-popular” ou a continuidade do controle militar. A Constituição de 1976 foi um marco importante, estabelecendo um regime democrático e formalizando um sistema semipresidencialista que previu um alto grau de intervenção social e económica, com o Exército atuando como garantidor do regime social-democrático (Vacková, 2010).

A Constituição de 1976 refletiu a complexidade do período, reunindo princípios democráticos e socialistas. Foi criada em um ambiente de incerteza, com tensões entre o Movimento das Forças Armadas (MFA), os partidos políticos e diversos setores da sociedade. O Conselho da Revolução, um órgão controlado pelos militares, tinha amplos poderes e coexistia com instituições civis, resultando num sistema semipresidencialista híbrido (Gaspar, 1990).

Desde então, várias revisões constitucionais moldaram o texto original para refletir as mudanças políticas e sociais. A revisão de 1982 foi particularmente significativa, eliminando elementos remanescentes da Revolução dos Cravos, como o Conselho da Revolução, subordinando o poder militar ao poder civil e transferindo competências para o Parlamento (Vacková, 2010; Miranda, 2022).

A consolidação democrática ocorreu gradualmente, com a redução do papel político dos militares e a afirmação de um sistema partidário competitivo. A eleição presidencial de Mário Soares, em 1986, simbolizou o fim da transição e o início de uma democracia estável (Gaspar, 1990). Revisões constitucionais posteriores, em 1989, 1992 e 1997, ajustaram a Constituição à realidade contemporânea, promovendo maior abertura ao setor privado e alinhando o país aos princípios dos tratados europeus.

O sistema semipresidencialista consolidado após 1976 caracteriza-se pela distribuição equilibrada de poderes entre o Presidente da República, o Governo e a Assembleia da República, combinando elementos do parlamentarismo e do presidencialismo. Essa estrutura institucional foi fundamental para estabilizar o regime democrático em Portugal, refletindo as necessidades de governabilidade e as condições políticas do período pós-revolucionário (Vacková, 2010).

O sistema político atual deriva de um acordo entre o MFA e os partidos políticos durante a transição democrática após a Revolução de 1974. Inicialmente, previu-se um modelo híbrido com duas câmaras e forte influência militar no Conselho da Revolução (Braga da Cruz, 2024). Com efeito, “a convivência entre instituições civis e militares nos primeiros anos da democracia portuguesa ilustra a complexidade e a fragilidade do novo regime” (Gaspar, 1990, p. 15).

O 25 de novembro de 1975 marcou o fim do processo revolucionário, favorecendo os partidos na negociação de um novo pacto político, resultando na desmilitarização progressiva e na implementação do modelo semipresidencialista consagrado na Constituição de 1976 (Braga da Cruz, 2024).

1.1 Características do sistema semipresidencialista

O sistema semipresidencialista de Portugal combina elementos dos sistemas parlamentar e presidencial. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal e detém poderes significativos, embora o governo seja liderado por um Primeiro-Ministro, que é responsável perante o Parlamento (Vacková, 2010; Novais, 2021). A organização dos poderes é definida da seguinte forma:

- Presidente da República: Representa o Estado, é o comandante das Forças Armadas e possui poderes legislativos limitados, como veto político e a capacidade de dissolver o Parlamento em situações específicas.
- Assembleia da República: Eleita por sufrágio universal, é responsável pela legislação, fiscalização do governo e aprovação de tratados internacionais.
- Governo: Liderado pelo Primeiro-Ministro, implementa políticas públicas e é politicamente responsável perante o Presidente e o Parlamento.
- Judiciário: Os tribunais, enquanto órgãos de soberania, integram o sistema de justiça. Destacam-se o Tribunal Constitucional, responsável pela fiscalização da constitucionalidade das leis, e o Supremo Tribunal de Justiça, que constitui a mais alta instância no âmbito da jurisdição comum.

Em 1982, foram eliminados elementos pós-revolucionários, como o Conselho da Revolução, e os poderes foram transferidos ao Parlamento e ao Presidente. Foi também criado o Tribunal Constitucional. As revisões de 1989, 1992 e 1997 adaptaram o texto constitucional às exigências da integração europeia, promovendo maior abertura económica e autonomia regional (Vacková, 2010).

Observa-se atualmente um aumento da desconfiança nas instituições políticas, evidenciado pelo crescente abstencionismo eleitoral e pela queda na participação cívica, especialmente entre os jovens (Braga da Cruz, 2024). A instabilidade dos governos e a falta de maiorias parlamentares fortes

têm prejudicado a eficácia da gestão pública. Desde 1974, Portugal teve 25 governos e apenas 3 maioritários de um único partido (Braga da Cruz, 2024).

2. Cultura como *soft power*

A diplomacia cultural é descrita como uma forma de diplomacia pública que procura promover o entendimento mútuo entre nações por meio de trocas culturais. É destacada como um mecanismo essencial para influenciar audiências internacionais, construir confiança social e fomentar a integração global. O uso de expressões artísticas, como a música, é visto como uma ferramenta poderosa para conectar pessoas de diferentes origens culturais e políticas (Karamy & Bainus, 2020). Joseph Nye formula o conceito de *soft power* como uma força não coercitiva que permite influenciar outros por meio de valores culturais, ideias e persuasão, ao invés de força ou coação (*hard power*). A cultura, nesse contexto, é uma ferramenta eficaz de *soft power* por quatro razões principais (Karamy & Bainus, 2020):

1. Funciona como uma “bússola” na formulação de políticas.
2. Representa a base da confiança social no âmbito internacional.
3. Promove a integração internacional ao reforçar valores compartilhados.
4. Pode, contudo, tornar-se uma fonte de conflito, dependendo de como as diferenças culturais são abordadas.

O *soft power* depende da habilidade dos governos em transformar recursos intangíveis em bens políticos que atendam às expectativas dos cidadãos, tornando variáveis como educação, cultura e cidadania fundamentais para medir essa forma de poder (Henriques & Paradelo, 2006).

O *soft power* é definido como a capacidade de persuadir sem recorrer à força ou coerção. Ele se baseia em recursos intangíveis, como cultura, valores políticos e a legitimidade percebida das políticas externas. Esses elementos criam um poder de persuasão que leva outros atores a alinhar as suas ações voluntariamente aos interesses do país que exerce esse poder. Um exemplo notável é a União Europeia (UE), que prioriza o uso de *soft power*, destacando-se na promoção da paz, da democracia e dos direitos

humanos. A UE também apoia o desenvolvimento e utiliza a diplomacia para fortalecer parcerias e atrair novos membros (Santos, 2015).

A música é amplamente reconhecida como uma linguagem universal capaz de superar barreiras culturais, históricas e políticas (Almeida, 2016). A sua prática influencia diretamente os comportamentos humanos, seja intensificando ou reduzindo tensões e promovendo harmonia social (Braga, 2020). Além disso, a música possui uma capacidade ímpar de mediar relações interpessoais e intergrupais, ajudando comunidades a superar diferenças culturais e históricas (Denler, 2024).

A música transcende barreiras linguísticas, promovendo empatia e conexões emocionais. Iniciativas musicais desafiam narrativas de conflito e criam oportunidades para reconciliação e transformação social (Braga, 2020). Apesar disso, há limites. Por exemplo, Hendler (2011) reconhece que, embora a música não resolva conflitos profundamente enraizados, ela gera compreensão e transformação pessoal, semeando a paz entre jovens e comunidades.

Nesse contexto, a música popular emerge como um recurso cultural eficaz, transmitindo narrativas culturais e padrões de comportamento. Ela é identificada como uma ferramenta poderosa para promover valores e estilos de vida globais, além de destacar as assimetrias no poder de influência entre diferentes línguas e culturas. A capacidade da música popular de moldar identidades culturais evidencia o seu papel significativo no *soft power*, refletindo como as expressões culturais podem impactar e influenciar as percepções globais (Alaminos-Fernández, 2023).

3. Cultura antes do 25 de Abril: uma ferramenta de controle e resistência

Durante o Estado Novo, o património cultural foi amplamente instrumentalizado como uma ferramenta de legitimação política e construção de uma identidade nacional. O regime exaltava uma narrativa histórica rígida e teleológica, destacando a continuidade do poder desde a fundação da nacionalidade até aos Descobrimentos, enquanto censurava interpretações

divergentes. Esse controle simbólico era fundamental para reforçar a ideologia oficial e projetar uma imagem de estabilidade e tradição (Silva, 2014).

A censura foi um dos pilares do Estado Novo, suprimindo ideias contrárias ao regime e regulando opiniões públicas. Embora algumas publicações como *Seara Nova* e *Vértice* fossem toleradas, eram vigiadas de perto, sendo vistas como uma oportunidade para o regime identificar opositores. A censura atingia traduções, obras consideradas imorais ou críticas ao regime. Sophia de Mello Breyner Andresen denunciou essa política cultural como «uma forma de anticultura», refletindo a repressão e a esterilidade cultural promovidas pelo regime (Gama, s.d.).

A música desempenhou um papel duplo durante o Estado Novo: enquanto o fado e o folclore foram apropriados pelo regime como símbolos de “portugalidade” e propaganda, artistas críticos utilizavam a música como forma de resistência. O fado era apresentado como um emblema urbano, enquanto o folclore simbolizava uma ruralidade idealizada, projetando a imagem de uma cultura “pura” e tradicional. Segundo Sardo (2014, p. 65), o folclore era usado como “uma imagem exuberante de uma cultura ‘pura’, apesar de intencionalmente ruralizada”.

Por outro lado, a canção de protesto emergiu como um veículo de resistência política e cultural. Compositores como Fernando Lopes-Graça usaram a música coral para reinterpretar o folclore, conferindo-lhe uma dimensão crítica e confrontando diretamente a ideologia oficial do regime. Artistas como José Afonso e Adriano Correia de Oliveira incorporaram elementos do fado de Coimbra em canções que mobilizavam o público para ação política, como “Grândola, Vila Morena”, que se tornou símbolo da Revolução de Abril (Corte-Real, 1996; Saldanha, 2016).

A partir da década de 1960, movimentos universitários e intelectuais começaram a usar a música de intervenção como uma forma eficaz de desafiar o regime. Essas canções combinavam simplicidade melódica e elementos da tradição musical portuguesa com temas como liberdade, crítica social e oposição à guerra colonial. Segundo Saldanha (2016, p. 137), a música de intervenção “assumiu uma dupla dimensão política e cultural, expressando a revolta, o medo e a opressão”.

José Afonso inovou ao reinventar géneros tradicionais e integrá-los à poesia e à música popular, consolidando a música de intervenção como um espaço de contestação à hegemonia cultural do regime salazarista. Obras como “Grândola, Vila Morena” não só desafiavam a censura, mas também ajudavam a construir uma memória coletiva de resistência ao regime, reforçando valores democráticos e humanistas (Saldanha, 2016).

4. Cultura no pós-25 de Abril: Renovação e Desafios

No nexo entre democracia e cidadania, a cultura é um esteio fundamental e é nesse sentido que se entende Ferreira (2019, p. 17) quando afirma que “temos que tratar a cultura como um direito, um direito a que todos devem ter acesso”.

Após a Revolução de 1974, a democracia portuguesa adotou uma abordagem renovada para o património, que refletia os valores de pluralidade e modernização. A abertura democrática permitiu superar a visão ideológica estreita do regime anterior, abrindo caminho para práticas profissionais mais avançadas na conservação e promoção do acesso ao património cultural. Esse processo também foi uma tentativa de redefinir a identidade nacional, integrando figuras como Fernando Pessoa e movimentos culturais populares, com foco numa visão criativa e inclusiva da história e da cultura portuguesa (Silva, 2014).

A transição para a democracia em Portugal foi marcada por uma instabilidade política e uma crise económica global que afetaram diretamente as reformas culturais. Esses fatores limitaram os recursos disponíveis para apoiar as mudanças e exacerbaram as tensões sociais e políticas. Ribeiro (2012, p. 49) destaca que “a implantação do regime democrático não foi fácil nem linear [...] em meio aos efeitos da crise económica internacional”, o que dificultou a implementação de mudanças significativas no setor cultural.

Nas décadas seguintes à Revolução, as políticas públicas para o património evoluíram significativamente, com a criação de instituições específicas, a profissionalização de especialistas e a introdução de novas abordagens científicas e pedagógicas. Essas mudanças visavam não apenas preservar o

património cultural, mas também garantir o seu acesso e valorização por uma população mais ampla (Silva, 2014).

A título de exemplo, o Teatro de São Carlos, um ícone cultural português, refletiu as profundas transformações sociais e políticas do pós-25 de Abril. Durante o Estado Novo, era um símbolo de prestígio das elites, mas, com a Revolução, houve um esforço para democratizar o acesso ao teatro e reduzir as desigualdades sociais em seu público. Por exemplo, as regras rígidas sobre indumentária e os altos preços dos bilhetes foram modificados, com o objetivo de atrair trabalhadores e jovens. Segundo Ribeiro (2012, p. 50), “o uso de guarda-roupa casual torna-se um índice do processo revolucionário”, um reflexo das tentativas de romper com as barreiras sociais e tornar a cultura mais acessível a todos.

Num contexto de novas liberdades políticas, a cultura foi reconhecida como um direito fundamental e uma dimensão simbólica indispensável para o desenvolvimento humano e social. Ferreira (2019) enfatiza o papel do Estado democrático na promoção e garantia do acesso aos bens culturais, afirmando que não há desenvolvimento humano sem cultura. Nesse sentido, a criação de iniciativas como o Plano Nacional das Artes de Portugal busca democratizar o acesso à arte no ambiente escolar, destacando o papel transformador das práticas culturais na sociedade (Cf. Ferreira, 2019).

As políticas culturais no pós-25 de Abril enfrentaram o desafio de equilibrar a busca por competitividade com a promoção de uma cidadania ativa. Santos (2007) argumenta que as políticas culturais têm de se empenhar na promoção de um setor cultural e artístico qualificado e dinâmico, sem perder de vista os imperativos de cidadania/participação cultural. A promoção da participação cultural e da cidadania ativa continua a ser um dos objetivos centrais das políticas culturais pós-revolução.

É neste sentido que se entende a posição de Henriques (2002, p. 68) quando escreve que “a cultura moderna em Portugal desenvolveu-se num contínuo entre a afirmação identitária e os imperativos da integração europeia”.

A canção de protesto consolidou-se como repertório revolucionário, enquanto o fado e o folclore passaram por um processo de despolitização e ressignificação. O fado, que antes servia aos interesses do regime, foi reconfigurado como um símbolo da cultura popular e foi reconhecido como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2011. O folclore, por sua vez, também passou a ser valorizado num contexto mais inclusivo e menos ideológico (Sardo, 2014).

A música, que desempenhou um papel crucial na Revolução, continuou a ser uma ferramenta importante na luta por justiça social e na construção de uma nova ordem democrática. Saldanha (2016, p. 156) destaca que “os novos tons e ritmos da canção de intervenção conduziram a significações que refletem a luta por uma sociedade igualitária e democrática”. A música de intervenção, além de celebrar a liberdade conquistada, denunciou as desigualdades sociais persistentes e ajudou a criar uma consciência coletiva em favor de uma nova organização social. Continuou assim a ser uma referência estética e ideológica para os movimentos culturais contemporâneos. Saldanha (2016) aponta que as transformações estéticas e ideológicas promovidas por esses compositores e intérpretes abriram novos caminhos para a canção popular enquanto ferramenta de reflexão social, destacando a importância da música na análise sobre a sociedade e suas mudanças. Segundo Saldanha (2016, p. 156), “a canção popular portuguesa, tal como o romance neorrealista, dá voz às aspirações e aos descontentamentos de um povo, assumindo, antes da Revolução de Abril, um importante papel de resistência”.

A música e as artes em geral têm uma capacidade transformadora significativa no fortalecimento da cidadania. Vasconcelos (2016) destaca que as artes, quando aplicadas em contextos educacionais e comunitários, promovem uma democracia mais culta e participada, contribuindo para sociedades mais inclusivas e conscientes.

5. Políticas Culturais

A partir de 1974, Portugal começou a implementar políticas voltadas para a democratização da cultura, ampliando o acesso a bens culturais e promovendo a educação dos públicos. A criação do Ministério da Cultura em 1983 institucionalizou uma abordagem mais estruturada, reforçando a cultura como um serviço público essencial. Durante esse período, foram desenvolvidas estruturas como a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (1986) e a Rede de Teatros e Cine-Teatros (1999), que visaram descentralizar o acesso à cultura (Centeno, 2009).

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) em 1986 representou um ponto de inflexão significativo. A integração europeia combinou recursos que impulsionaram uma política de modernização e liberalização económica, resultando num período de crescimento económico e reestruturação social e territorial. Esse processo influenciou as políticas culturais, que passaram a incorporar tendências internacionais, como a valorização do financiamento privado, parcerias público-privadas e maior eficiência na gestão cultural (Henriques, 2002).

As políticas culturais em Portugal têm evoluído para reconhecer a cultura como elemento central no desenvolvimento social e na construção da identidade coletiva. Apesar dos avanços, como a criação de redes e o envolvimento das autarquias, desafios permanecem em relação à autonomia criativa local e à efetiva democratização do acesso à cultura. A articulação entre agentes locais, instituições e a sociedade civil é essencial para sustentar essas políticas e maximizar seu impacto (Centeno, 2009).

Há também esforços para descentralizar a gestão cultural e criar incentivos ao mecenato, além de introduzir critérios comerciais no funcionamento das instituições culturais. Exemplos disso incluem a criação de fundações culturais com gestão mista, como a Fundação das Descobertas (Centro Cultural de Belém) e a Fundação de Serralves. Contudo, a evolução das políticas culturais em Portugal contrasta com as tendências de redução de gastos públicos em outros países europeus. Durante as décadas de 1980 e 1990, os investimentos públicos na cultura continuaram a crescer, embora

acompanhados de esforços para diversificar fontes de financiamento e introduzir maior racionalidade no uso de recursos (Henriques, 2002).

A partir de 1995, com a chegada do Partido Socialista ao poder, houve uma revalorização do papel do Estado na cultura, manifestada em iniciativas como a reestruturação do setor, a criação de novos institutos culturais e um maior apoio à produção artística. Contudo, algumas tendências mais liberais, como a busca de parcerias com o setor privado, permaneceram em vigor, resultando numa política cultural que combina elementos de intervenção estatal e orientação de mercado. Isso evidencia como Portugal, na semiperiferia europeia, combina aspetos de modernização cultural tardia com adaptações às tendências internacionais, culminando num modelo híbrido de políticas culturais (Henriques, 2002).

A governança cultural procura assim democratizar a cultura por meio da inclusão de múltiplos agentes públicos, privados e do terceiro setor, promovendo modelos de financiamento sustentáveis e eficazes na implementação das políticas culturais (Mendes & Vargas, 2022). No entanto, Marcelo de Souza Marques (2015) apresenta uma crítica ao Modelo Hierarquizado de Cultura (MHC), que classifica a cultura em categorias como Cultura Erudita, Cultura de Massas e Cultura Popular. Este modelo, segundo o autor, privilegia a Cultura Erudita como padrão universal e desvaloriza outras manifestações culturais, reforçando estruturas de poder conservadoras e paternalistas.

Como alternativa, Marques (2015) propõe a Democracia Cultural, que visa promover a pluralidade cultural e a participação ativa de diferentes públicos nas decisões sobre políticas culturais. Essa proposta reconhece a diversidade e a interação entre diferentes formas de expressão cultural, rompendo com as hierarquias impostas pelo MHC. Políticas públicas baseadas na Democracia Cultural devem incentivar a troca cultural, a educação pluralista e a inclusão de variados grupos sociais, ampliando a participação das comunidades na formulação e implementação dessas políticas.

A relação entre poder e cultura deve ser redesenhada para permitir uma distribuição mais equitativa do poder, possibilitando que cidadãos e organizações culturais influenciem a formulação de políticas públicas.

Uma política cultural transformadora exige práticas instituintes que questionem o consenso existente, promovam o reconhecimento da diversidade cultural e atendam às necessidades locais (Matoso, 2014). É necessário também ampliar as práticas participativas em políticas culturais, destacando metodologias como mapeamentos culturais, cartografia de comunidades e plataformas digitais (Matoso, 2014).

As políticas públicas culturais podem, portanto, servir como mecanismos de renovação de valores coletivos e de fortalecimento das identidades culturais em um contexto global de nostalgia e crise política (Vargas, 2021), sublinhando a necessidade de equilibrar a busca por eficiência económica com a valorização da diversidade cultural e a promoção da coesão social (Vargas, 2021).

Conclusão

A análise da trajetória política de Portugal e das suas políticas culturais revela um percurso rico e multifacetado, caracterizado por profundas transformações e desafios contínuos. Desde a Revolução dos Cravos em 1974, que encerrou um longo período de repressão sob o Estado Novo, até a consolidação do regime democrático e a adaptação das políticas culturais às exigências contemporâneas, Portugal tem procurado fortalecer a sua identidade nacional e promover a diversidade cultural.

A Constituição de 1976, ao estabelecer um sistema semipresidencialista e um compromisso com os direitos sociais e culturais, representa um marco na construção de um Estado que valoriza a cultura como um bem público essencial. No entanto, os desafios persistem, incluindo a desconfiança nas instituições políticas, a instabilidade governamental e as dificuldades na democratização efetiva do acesso à cultura. A necessidade de uma articulação mais eficaz entre os diversos agentes da sociedade civil, as instituições culturais e os poderes públicos é fundamental para enfrentar essas questões e garantir que as políticas culturais atendam verdadeiramente às expectativas dos cidadãos.

As políticas culturais em Portugal, ao refletirem tendências internacionais como o financiamento privado e as parcerias público-privadas, evidenciam uma procura por modernização que deve ser equilibrada com a promoção de um setor cultural inclusivo e participativo. As experiências de resistência e a importância da música e das artes como veículos de expressão e crítica social destacam o papel transformador da cultura em momentos de mudança. A evolução das práticas culturais, desde a canção de intervenção até à valorização do fado como Património Cultural Imaterial, ilustra a capacidade da cultura de se adaptar e de se reinventar em contextos de crise.

Por fim, para que o sistema político português continue a progredir e a fortalecer a sua democracia, é imperativo que as políticas culturais sejam concebidas como verdadeiros mecanismos de renovação social e cidadania ativa. A construção de uma cultura democrática e inclusiva exige a participação efetiva dos cidadãos e um compromisso contínuo com a diversidade cultural, refletindo os valores fundamentais de uma sociedade plural e justa.

Referências bibliográficas

- Alaminos-Fernández, A. F. (2023). Música popular como *soft power* cultural. *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, 18 (1), 17–36.
- Almeida, Y. D. L. C. (2016). *A vocação civilizatória da música: Daniel Barenboim e Edward Said* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Braga, L. (2020). *Música e estudos para a paz: Uma relação harmônica para construção de paz em áreas de conflito* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Universidade Federal da Paraíba.
- Braga da Cruz, M. (2024). A Reforma do Sistema Político. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Tomo XLV, 29–39.
- Centeno, M. J. A. (2009). A política cultural em Portugal na entrada do novo século. In *Anais do 6º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM)* (pp. 2981–2992). Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa.
- Corte-Real, M. S. J. (1996). Sons de Abril: Estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 6, 141–171.

- Denler, E. (2024). *Symphony of Understanding: Engaging Activities for Empathy. Peace-Building through Music Education*. Disponível em https://www.curiouscollaborativecreativity.com/uploads/8/3/9/3/8393454/denler_symphony_of_understanding.pdf (Acesso: 17.04.2025)
- Ferreira, J. (2019). Cultura, Estado e Sociedade. *Arte, Cultura e Democracia no Século XXI*. Dez. Ano 1, 15-17. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.
- Gama, M. (s.d.). *Da censura à autocensura no Estado Novo*. Universidade do Minho.
- Gaspar, C. (1990). O processo constitucional e a estabilidade do regime. *Análise Social*, 25 (105-106), 9-29. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Hendler, S. (2011). Democracy and the politics of difference. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, 24 (1), 125-141.
- Henriques, E. B. (2002). Novos desafios e orientações das políticas culturais: Tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português. *Finisterra*, XXXVII (73), 61-80.
- Henriques, M. C., & Paradelo, A. (2006). Uma fórmula de *soft power*. *Nação e Defesa*, 113 (3ª Série), 107-127.
- Karamy, S. E., & Bainus, A. (2020). West-Eastern Divan Orchestra Musical Diplomacy: Representation of Peace Optimism from the Middle East. *Journal of International Relations*, 16 (1), 87-97.
- Marques, M. de S. (2015). Críticas ao modelo hierarquizado de cultura: Por um projeto de democracia cultural para as políticas culturais públicas. *Revista de Estudos Sociais*, 53, 43-51.
- Matoso, R. (2014). Que opções para uma política cultural transformadora? *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 2 (2), 144-164.
- Mendes, T., & Vargas, C. (2022). Da governação à governança? As fundações públicas e público-privadas na política cultural portuguesa. *6ª Edição do Workshop Interno do DINÂMIA'CET_ISCTE – Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas*, 64-65.
- Miranda, J. (2022). *A Constituição Portuguesa. Uma introdução geral*. Coimbra: Almedina.
- Novais, J. R. (2021). *Semipresidencialismo. Teoria geral e o sistema português*. 3ª edição. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, P., & Vargas, C. (2012). Manda quem pode: a elite governante da cultura em Portugal (1976-2011). *Revista Brasileira de Ciência Política*, 8, 47-70.
- Ribeiro, P. G. (2012). Pensar a revolução, nos comportamentos e práticas culturais associadas ao Teatro de São Carlos entre o fim do Estado Novo e os primeiros anos da democracia em Portugal. *Revista Música Hódie*, 12 (2), 48-56.
- Saldanha, A. M. S. (2016). Novas manifestações estéticas e ideológicas na canção de intervenção portuguesa. *Interfaces*, 25 (2), 136-157.
- Santos, H. J. P. dos. (2015). *Soft power e hard*

power: Dicotomia ou complementaridade? (Trabalho de Investigação Individual, Instituto de Estudos Superiores Militares, Curso de Promoção a Oficial General, 2014/2015). Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Santos, M. L. L. (2007). Políticas culturais em Portugal. Comunicação apresentada na Mesa Redonda “Políticas culturais no Espaço Iberoamericano”, integrada no *V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural*, Medellín, Colômbia.

Sardo, S. (2014). Fado, folclore e canção de protesto em Portugal: Repolitização e (con) sentimento estético em contextos de ditadura e democracia. *Debates UNIRIO*, 12, 63–77.

Silva, A. S. (2014). A democracia portuguesa face ao património cultural. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, XIII, 11–32. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Vacková, B. (2010). *O sistema político de Portugal*. Dissertação de Bacharelado. Brno: Faculdade de Filosofia da Universidade de Masaryk.

Vargas, C. (2021). *Política e cultura: Uma década das artes do espetáculo em Portugal (2006-2016)* [Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa.

Vasconcelos, A. Â. (2016). Editorial: Artes, comunidade e cidadania: um encontro dialógico entre formação e intervenção, património e a democracia. *Medi@ções - Revista Online da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*, 4 (2), 1–5.